

**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE
PESCA DESPORTIVA DO ALTO MAR**

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2014

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6. Inventários	14
7. Rédito	15
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
9. Custos de Empréstimos Obtidos	16
10. Benefícios dos empregados	16
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
12. Outras Informações.....	17
12.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
12.2. Outras contas a receber.....	17
12.3. Diferimentos	18
12.4. Caixa e Depósitos Bancários	18
12.5. Fundos Patrimoniais.....	18
12.6. Fornecedores	19
12.7. Estado e Outros Entes Públicos	19
12.8. Outras Contas a Pagar.....	19
12.9. Subsídios, doações e legados à exploração	20
12.10. Fornecimentos e serviços externos	20
12.11. Outros rendimentos e ganhos	20
12.12. Outros gastos e perdas	21
12.13. Acontecimentos após data de Balanço.....	21

Balço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.786,62	1.952,63
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2.786,62	1.952,63
Ativo corrente			
Inventários	6	330,37	330,37
Cientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	12.7	36,05	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.1	5.321,67	3.153,87
Outras contas a receber	12.2	185,75	0,75
Diferimentos	12.3	466,06	1.355,69
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	12.4	44.722,18	49.522,60
Subtotal		51.062,08	54.363,28
Total do Ativo		53.848,70	56.315,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	19.758,42	19.758,42
Excedentes técnicos			
Reservas	12.5	12.129,95	12.129,95
Resultados transitados	12.5	20.420,95	(30.031,30)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5		
Resultado Líquido do período		(6.750,80)	50.452,25
Total do fundo do capital		45.558,52	52.309,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	464,79	559,48
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	12.7		7,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.1		
Financiamentos obtidos	9	505,33	69,90
Diferimentos			
Outras contas a pagar	12.8	7.320,06	3.369,65
Outros passivos financeiros			
Subtotal		8.290,18	4.006,59
Total do passivo		8.290,18	4.006,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		53.848,70	56.315,91

Setúbal, 24 de Fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

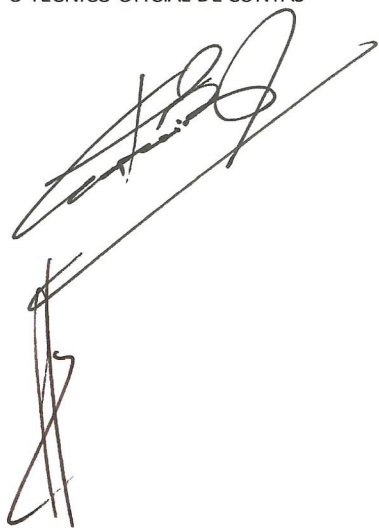
Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	7	85.439,10	196.170,20
Subsídios, doações e legados à exploração	12.9	44.837,90	63.955,88
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(74.215,30)	(155.540,14)
Gastos com o pessoal	10	(3.037,77)	(992,49)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.11	1.000,97	86,29
Outros gastos e perdas	12.12	(59.789,27)	(52.258,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.764,37)	51.421,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(986,43)	(969,18)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(6.750,80)	50.452,25
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(6.750,80)	50.452,25
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(6.750,80)	50.452,25

Setúbal, 24 de Fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

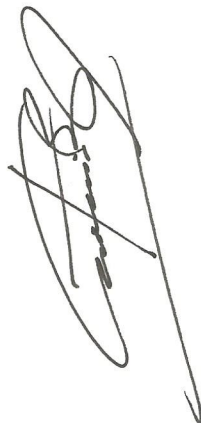


Demonstração dos Resultados por Funções

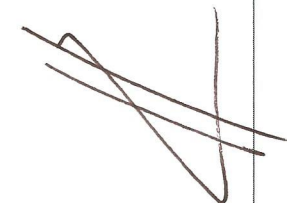
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade A	Actividade B	PERÍODOS	
					2014	2013
Vendas e serviços prestados	7	85.439,10			85.439,10	196170,2
Custo das vendas e dos serviços prestados		85.439,10			-	196170,2
Resultado bruto					85.439,10	64042,17
Outros rendimentos	8	45.838,87			45.838,87	157501,81
Gastos de distribuição		78.239,50			-	52258,31
Gastos adm inistrativos		59.789,27			59.789,27	50.452,25
Gastos de investigação e desenvolvimento	1.2.12	-6.750,80			(6.750,80)	-
Gastos de financiamento (líquidos)		-6.750,80			-	50.452,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)					(6.750,80)	50.452,25
Resultados antes de impostos					(6.750,80)	50.452,25
Imposto sobre o rendimento do período		-6.750,80				
Resultado líquido do período					(6.750,80)	50.452,25

Setúbal, 24 de Fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	19.758,42	-	12.129,95	(30.031,30)	-	-	-	51.025,12	-	-	1.857,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	8								(6.750,80)			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8								(6.750,80)			
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014	10	-	-	-	50.452,25	-	-	-	-	-	-	50.452,25
	6+7+8+10	19.758,42	-	12.129,95	20.420,95	-	-	-	44.274,32	-	-	52.309,32

Setúbal, 24 de Fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	7	85.439,10	196.170,20
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(70.872,92)	(156.181,20)
Pagamentos ao pessoal	10	(1.858,75)	(992,49)
Caixa gerada pelas operações		12.707,43	38.996,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(16.122,86)	7.319,49
Outros recebimentos/pagamentos		(3.415,43)	46.316,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(1.820,42)	(1.430,78)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(1.820,42)	(1.430,78)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	9	6.507,68	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	9	(6.072,25)	
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		435,43	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(4.800,42)	44.885,22
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		49.522,60	4.637,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período		44.722,18	49.522,60

Setúbal, 24 de Fevereiro 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA DO ALTO MAR é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação titular do estatuto de utilidade pública desportiva concedido através do despacho nº7975/97 de 09 de Setembro, publicado no Diário da República n.º 221 de 24/09/1997, Série II, com sede na Av. D. Pedro V, nº 7, em Setúbal e tem como atividade a organização dos Campeonatos de Pesca de Barco Fundeado.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	3
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2. Inventários

Os Inventários que a Entidade detém estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de*

justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	22.000,00	-	-	-	-	22.000,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	28.992,48	1.430,78	-	-	-	30.423,26
Outros Ativos fixos tangíveis	605,01	-	-	-	-	605,01
Total	51.597,49	1.430,78	-	-	-	53.028,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	22.000,00	-	-	-	-	22.000,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	27.552,72	917,91	-	-	-	28.470,63
Outros Ativos fixos tangíveis	553,74	51,27	-	-	-	605,01
Total	50.106,46	969,18	-	-	-	51.075,64

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	739,00	-	-	-	739,00
Equipamento de transporte	22.000,00	-	-	-	-	22.000,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	30.423,26	1.081,42	-	-	-	31.504,68
Outros Ativos fixos tangíveis	605,01	-	-	-	-	605,01
Total	53.028,27	1.820,42	-	-	-	54.848,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	246,31	-	-	-	246,31
Equipamento de transporte	22.000,00	-	-	-	-	22.000,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	28.470,63	740,12	-	-	-	29.210,75
Outros Ativos fixos tangíveis	605,01	-	-	-	-	605,01
Total	51.075,64	986,43	-	-	-	52.062,07

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Redassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Redassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	330,37	-	-	330,37	-	-	330,37
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	330,37	-	-	330,37	-	-	330,37

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Variações nos inventários da produção	-	-

7. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	85.439,10	196.170,20
Quotas dos utilizadores	85.439,10	196.170,20
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	85.439,10	196.170,20

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	44.837,90	63.670,00
Subsídio do IPDJ	44.837,90	63.670,00
Designação do Subsídio B	-	-
Designação do Subsídio C	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
Designação do Apoio A	-	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	44.837,90	63.670,00

9. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	486,38	-	486,38	69,90	-	69,90
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	18,95	-	18,95	-	-	-
Total	505,33	-	505,33	69,90	-	69,90

Em 31 de Dezembro de 2014, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Empréstimos Bancários

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	486,38	-	486,38	69,90	-	69,90
De uma a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	486,38	-	486,38	69,90	-	69,90

10. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de "1" e em 31/12/2013 foi de "1".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.015,55	766,87
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	-	-
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	166,93	125,67
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	855,29	99,95
Total	3.037,77	992,49

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	5.321,67	3.153,87
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	-	-
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	5.321,67	3.153,87
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

12.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	35,00	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	150,75	0,75
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	185,75	0,75

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	447,74	316,85
Outras Desp.c/Gastos Diferidos	18,32	1.038,84
...	-	-
Total	466,06	1.355,69
Rendimentos a reconhecer		
Outras Rec.c/Proveitos Diferidos	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	45,22	3,24
Depósitos à ordem	14.676,96	49.519,36
Depósitos a prazo	30.000,00	-
Outros	-	-
Total	44.722,18	49.522,60

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	19.758,42	-	-	19.758,42
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	12.129,95	-	-	12.129,95
Resultados transitados	(30.031,30)	-	50.452,25	20.420,95
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	1.857,07	-	50.452,25	52.309,32

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	464,79	559,48
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	464,79	559,48

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	36,05	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	36,05	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	-	7,56
Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	7,56

12.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	608,11	-	451,31
Remunerações a pagar	-	608,11	-	451,31
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	6.421,30	-	2.818,34
Outros credores	-	290,65	-	100,00
	-	-	-	-
Total	-	7.320,06	-	3.369,65

12.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	-	285,88
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	-	285,88

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	11.161,97	16.834,62
Materiais	6.099,31	9.763,25
Energia e fluidos	2.353,20	2.554,19
Deslocações, estadas e transportes	32.035,69	83.671,22
Serviços diversos (*)	22.565,13	42.716,86
Rendas e Alugueres	14.939,00	36.614,97
Comunicações	2.877,04	3.152,03
Despesas de Representação	3.387,08	2.206,91
Total	74.215,30	155.540,14

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1.000,97	86,29
Total	1.000,97	86,29

12.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	59.789,27	52.258,31
Total	59.789,27	52.258,31

12.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Setúbal, 19 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Direção

